

Trinta anos do I Encontro Nacional de Mulheres Negras: uma articulação de gênero, raça e classe

Renata Gonçalves*

*A nossa escrivência não pode ser lida
como história de ninar os da casa-grande,
e sim para incomodá-los em seus sonos injustos.*

Conceição Evaristo

Resumo:

Há 30 anos acontecia o I Encontro Nacional de Mulheres Negras na cidade de Valença-RJ. Era o ano do centenário da abolição, que serviu como mote para debates, em diferentes partes do país, sobre a condição de negros e negras. Vários Coletivos de mulheres negras, que se organizavam desde os anos 1970 no bojo da efervescência feminista e da luta antirracista, reivindicaram suas pautas. De onde ninguém esperava, surgiu um novo movimento social, com reivindicações próprias, dando passagem a uma consciência política, cujas protagonistas, de uma só vez, num único e enovelado processo, escancaravam as três contradições que estruturam a sociedade: patriarcado-capitalismo-racismo.

Palavras-chave: movimento de mulheres negras; feminismo negro; feminismo; racismo.

Thirty years of the First National Meeting of Black Women: a gender, race and class articulation

Abstract:

Thirty years ago the First National Meeting of Black Women took place in the city of Valença-RJ. It was the year of the centenary of abolition, which served as a motto for debates in different parts of the country about the condition of blacks. Several collectives of black women, which had been organized since the 1970s in the midst of feminist effervescence and anti-racist struggle, claimed their agenda. From where no one expected, a new social movement emerged, with its own claims, giving way to a political conscience, whose protagonists, at once, in a single and twisted process, opened the three contradictions that structure society: patriarchy-capitalism-racism.

Keywords: black women's movement; black feminism; feminism; racism.

* Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Docente dos cursos de Graduação em Serviço Social e de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista; Santos, São Paulo, Brasil. Coordenadora, na mesma instituição, dos Núcleos de Estudos Heleieth Saffioti e Reflexos de Palmares. End. eletrônico: rengon2011@gmail.com

Mulheres negras saindo da invisibilidade

Apesar de remontar à década de 1950 o primeiro registro de organização autônoma de mulheres negras, quando foi criado o Conselho Nacional de Mulheres Negras no Rio de Janeiro, como desdobramento do Departamento Feminino do Teatro Experimental do Negro, sob a direção de Maria Nascimento (Silva, 2014), é possível perceber que foi no bojo da efervescência das lutas feminista e antirracista do final dos anos 1970 que as reivindicações do movimento de mulheres negras¹ se expandiram, culminando, em dezembro de 1988, no I Encontro Nacional de Mulheres Negras na cidade de Valença-RJ. O ano era emblemático, pois marcava o centésimo aniversário da abolição da escravidão. Para o movimento negro, nada havia a comemorar. Ao contrário, se constatava que após 100 anos da libertação do povo negro, ainda era preciso enfrentar as consequências do racismo no cotidiano, denunciar o mito da democracia racial e lutar por condições dignas para o(a)s trabalhadore(a)s negro(a)s.

No Brasil, último país a abolir a escravidão, os setores conservadores tentaram manter esta instituição como puderam. Recusavam-se a extinguir o regime que lhes dava o poder quase absoluto. Ao aceitarem a abolição, garantiram antes a permanência de uma estrutura que tornou o(a)s trabalhador(a)s negro(a)s cidadãos e cidadãs de segunda categoria, impondo a este(a)s uma condição de inferioridade. No auge dos debates acerca do centenário, Elizabeth Coelho e Regina Luna (1988) escrevem que livres do cativeiro legal da escravidão, o(a)s negro(a)s foram aprisionado(a)s pelo cativeiro da cor e, neste sentido, para elas, celebrar a abolição da escravidão no Brasil, significa mascarar “a violência cultural, econômica e física da discriminação social, é cometer um crime maior contra o negro neste país” (Coelho; Luna, 1988, p. 27)

Na efervescência destas discussões, vários Coletivos de mulheres negras também realizaram alguns encontros, seminários, debates etc. acerca de sua condição específica de mulher, negra e trabalhadora e, como tal, ocupando os piores espaços na sociedade brasileira e aparecendo sistematicamente na base da pirâmide social. É preciso enfatizar que as mulheres negras estavam inseridas, desde o início, na retomada de intensas lutas populares que mobilizaram massas no país, em especial no tocante ao fim da ditadura militar, ao direito de escolher seus representantes, inclusive para a Presidência da República, às mobilizações em torno da nova Carta Magna etc. Elas eram parte dos movimentos sociais, sobretudo estavam nas entranhas do movimento negro e do movimento feminista. Todavia, esta inserção aos poucos se mostrou limitada.

¹ Hoje, cada vez mais, inúmero(a)s historiadore(a)s nos brindam com pesquisas que demonstram a imensa participação das mulheres negras na luta contra a escravidão: antes, durante e depois.

Dentro do movimento negro, as mulheres negras se chocaram com o machismo dos companheiros, que impunham a elas um papel secundarizado, tarefairo etc. e as mantinham longe das instâncias decisórias. Para o homem negro, em uma sociedade atravessada pelo racismo, dominar esse espaço significava ter um dos poucos momentos para o seu protagonismo, tornando utópica a tentativa de uma divisão igualitária com as mulheres negras. Elas tinham ainda de lidar com o assédio sexual, com a sexualização/objetificação de seus corpos, o que as colocavam como “sombra” de seus companheiros.

Com relação ao movimento feminista, as mulheres negras, mesmo atuantes, não viram suas pautas serem priorizadas, em especial no que tange à ruptura com certo “modelo” feminino ao qual não se identificavam. A visão eurocêntrica e universalizante de mulher incapacitou o feminismo de “reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, a despeito da identidade biológica” (Carneiro, 2003, p. 118). Outras formas de opressão, não foram percebidas, outras mulheres tiveram suas vozes silenciadas e seus corpos estigmatizados. A pauta feminista de combate ao sexismo deixou invisíveis as especificidades das mulheres negras, ignorou as tensões sociais causadas por diferenças de etnia e classe social, como se todas as mulheres fossem iguais (Lemos, 2006).

Uma crítica ao feminino universal que também pode ser encontrada em solo estadunidense. O livro *A Mística feminina*, de Betty Friedan, publicado pela primeira vez em 1963, considerado a obra que abriu caminho para o feminismo contemporâneo, recebeu inúmeras críticas por não observar que as mulheres não se reduzem ao modelo ali descrito. A feminista negra bell hooks² talvez tenha sido uma das principais críticas ao texto. Observa que aquilo que Friedan apresenta como “o problema que não tem nome”, para descrever a condição das mulheres, se reduz “à situação de um seletivo grupo de mulheres brancas casadas, com formação universitária, de classe média e alta – donas de casa entediadas com o lazer, a casa, os filhos, as compras, que queriam mais da vida” (hooks, 2015, p. 194). Querer algo mais da vida, significou, segundo hooks, sair da esfera doméstica, se lançar no mercado de trabalho, sem que, no entanto, se colocasse a questão sobre quem iria substituí-las nas tarefas domésticas. Friedan nada mencionou sobre as “necessidades das mulheres sem homem, sem filhos, sem lar, ignorou a existência de todas as mulheres não brancas e das brancas pobres” (hooks, 2015, p. 119). Mesmo reconhecendo que se tratava de questões candentes, a feminista negra identifica que estas não eram centrais para a maioria das mulheres, cujas preocupações imediatas se referiam à própria sobrevivência econômica delas e de suas famílias e à discriminação racial.

² bell hooks, pseudônimo de Gloria Watkins, era o nome de sua avó. A autora o utiliza em letra minúscula para que este não se sobressaia ao conteúdo da sua escrita.

Aqui no Brasil, Claudia Pons Cardoso (2010) chega à análise semelhante ao examinar o livro *Uma história do feminismo no Brasil*, de Céli Pinto (2003). O movimento feminista brasileiro é apresentado nesta obra como oriundo dos espaços universitários e, portanto, distante das camadas populares. Para Pons Cardoso, este “feminismo sobre o qual Céli Pinto se debruça não tem espaço para experiências de mulheres que, por desconhecerem o manejo da escrita e da erudição, não deixaram registros escritos sobre suas ações, dessa forma, suas vozes e protagonismo são silenciados” (2010, p. 3). Enquanto Pinto confere uma posição de privilégio às feministas pelo fato de pertencerem a uma intelectualidade, diferentemente de outros movimentos, como os sem-terra, indígenas e negros, Cardoso pondera que esse saber intelectual que, por um lado, permite a uma parcela das feministas a autoridade da fala,

impossibilita, por outro, a apropriação da prática discursiva por nós mulheres negras feministas, na medida em que as produções feministas, de modo geral, são evasivas no trato teórico da relação entre gênero e raça no Brasil, na importância das diferenças raciais na constituição de gênero e das identidades das mulheres. E principalmente a falta de estudos nesta área oculta a discussão sobre o privilégio de ser mulher branca, em uma sociedade racista (Cardoso, 2010, p. 3).

Esta cegueira do feminismo acadêmico foi percebida muito cedo pelas mulheres negras que se mobilizavam no Brasil. O que as movia a se organizarem era muito semelhante às questões identificadas tanto por Claudia Pons Cardoso como por bell hooks. Aqui, cem anos depois de assinada a lei áurea, as mulheres negras identificavam que tinham inserção mais precária no mercado de trabalho, que eram elas as que mais sofriam com a violência doméstica, com a esterilização³ sem consentimento a que eram submetidas⁴ e com a sexualização de seus corpos.

Apesar de atuarem no movimento feminista, as mulheres negras sentiam necessidade de uma autonomia, na medida em que o discurso daquele movimento sobre a opressão de gênero, estruturada pela “ideologia patriarcal não dá conta da diferença qualitativa que este tipo de opressão teve e tem ainda na construção da identidade feminina da mulher negra” (Carneiro; Santos, 1985, p.

³ À época, o tema central era a esterilização em massa imposta às mulheres negras como cura para a “doença” da pobreza. O artigo de Edna Roland (1995), “Direitos reprodutivos e racismo no Brasil”, apresenta uma sólida pesquisa demonstrando uma redução da taxa de fecundidade nas regiões onde a população negra era mais concentrada. Recorrendo às análises da demógrafa Elza Berquó sobre a PNAD de 1986, a autora demonstra “uma maior prevalência da esterilização nos estados do Norte e Nordeste do Brasil onde, coincidentemente, é maior o peso da população negra” (Roland, 1995, p. 511).

⁴ Esta política atrelada à violência cotidiana que assassina seus filhos, levou o movimento negro a concluir que está em curso no Brasil uma prática de extermínio da população negra. A este respeito, consultar o clássico de Abdias Nascimento, *Genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*, lançado em 1978. Cfr. Nascimento (2016).

42). As fronteiras com o movimento feminista apareceram, por exemplo, quando mulheres negras discutiam a necessidade da luta por creches comunitárias e eram contestadas por feministas brancas. Ora, escreve Rosália Lemos, “éramos as babás e as empregadas domésticas de suas casas e as nossas crianças ficavam ‘soltas’ nas favelas quando trabalhávamos” (Lemos, 2016, p. 19). A luta por creches comunitárias se torna paulatinamente uma bandeira feminista, tamanha a importância para as mulheres moradoras das áreas pobres, majoritariamente negras.

Para as mulheres negras, de um lado, o caráter universalizante do discurso feminista impedia a percepção das desigualdades raciais; e, de outro, a participação nos movimentos negros trazia outra dimensão do problema: as práticas sexistas e machistas dos homens que lideravam tais movimentos, evidenciando que a luta contra o racismo era ineficaz se não fosse atrelada à luta contra o machismo. Definitivamente, só confeccionar cartazes ou ficar nas cozinhas preparando comida não era o que queriam; tampouco almejavam serem as recepcionistas do movimento ou desempenhar apenas atividades tidas “naturalmente” como femininas.

O ápice da tensão se dava diante da negação no ato de compartilhar o microfone e que piorava quando disputávamos a representação política. As intervenções nas reuniões eram desqualificadas, tendo em vista que a expectativa e as solicitações dos homens negros eram para que assumíssemos as tarefas tradicionalmente reservadas às mulheres. Este cenário deixava evidente a estrutura patriarcal reproduzida pelos militantes, sem contar os constantes apelos à nossa sexualidade configurando outro ponto de tensão, tendo em vista as constantes investidas, cantadas e a declarada crítica e aversão, por parte de alguns homens negros, contra as lésbicas negras (Lemos, 2016, p. 20).

Todas aquelas que teimavam em participar ativamente da discussão política e queriam abandonar a forma passiva de atuar no movimento eram classificadas como “xeretas”. Mas estavam dispostas a avançar. Cabe enfatizar, porém, que mesmo percebendo as vantagens que o patriarcado possibilita aos homens negros em comparação com as mulheres negras, elas estavam conscientes do peso da discriminação racial sobre eles. Esta constatação de que, em geral, os homens negros estão em situação inferior às mulheres não negras, levou Sueli Carneiro e Thereza Santos a afirmarem que não cabe “a suposição de que uma perspectiva feminista para o movimento de mulheres negras passe pela oposição ou distanciamento do homem negro” (1985, p. 37). Era fundamental atrelar a luta contra o racismo à luta antissexista. Era necessário, “enegrecer” a agenda feminista e introduzir a pauta feminista no movimento negro (Carneiro, 2003). Era urgente lidar com a simultaneidade das opressões estruturantes da sociedade capitalista.

Rumo ao I Encontro Nacional de Mulheres Negras

A necessidade de se organizarem autonomamente veio chegando aos poucos. Rosália Lemos, militante do movimento de mulheres negras, em entrevista à Núbia Moreira (2018), observa que os coletivos de mulheres negras do Rio de Janeiro e de São Paulo deram os primeiros passos. A intelectual negra Lélia Gonzalez, no interior do grupo de mulheres Nzinga, do Rio de Janeiro, refletia com as demais sobre a maneira como o feminismo das mulheres brancas não conseguia inserir as reivindicações das mulheres negras em suas lutas; e desde os anos setenta sentia a necessidade de um feminismo que tivesse a cara da mulher cor de azeviche.

Esta insatisfação ficou formalmente explícita já em 1975, ano da abertura da Década Internacional da Mulher promulgada pela ONU, quando ocorreu o Congresso de Mulheres Brasileiras. Naquele momento as mulheres negras lançaram um Manifesto que evidenciou as divisões raciais no interior do movimento feminista. O Manifesto rapidamente se tornou alvo de debate pelo simples fato de sugerir uma unidade entre mulheres brasileiras de raças diferentes. Este documento, de acordo com Kia Lilly Caldwell,

chamou atenção para as especificidades das experiências de vida, das representações e das identidades sociais das mulheres negras e sublinhou o impacto da dominação racial em suas vidas. Além disso, ao desmascarar o quanto a dominação racial é marcada pelo gênero e o quanto a dominação de gênero é marcada pela raça, o manifesto destacou que as mulheres negras foram vítimas de antigas práticas de exploração sexual. Apontou, ainda, a herança cruel que coube às negras no Brasil, lembrando que o cruzamento das raças durante a época colonial resultou na mulata – considerada o único produto brasileiro que merece exportação (2000, p. 98).

O Encontro Nacional de Mulheres, realizado no Rio de Janeiro em março de 1979, também marcou um momento de tensão protagonizado pela intelectual negra Lélia Gonzalez que, ao chamar a atenção para o lugar da raça nas relações entre mulheres negras e brancas, lamentou “que não houvesse na época, em relação à questão racial, a unanimidade observada em relação a outras questões” (Caldwell, 2000, p. 98). Com efeito, Gonzalez (2018) no artigo “Mulher negra na sociedade brasileira”, publicado pela primeira vez em 1981, ao se referir ao movimento feminista, viu na negação do racismo o objetivo de camuflar a dominação e a exploração exercidas pelas mulheres brancas sobre as mulheres negras. A autora notou que naquele Encontro Nacional de Mulheres de 1979, as feministas brancas, mesmo com orientações progressistas e de esquerda, não perceberam a importância da inserção da pauta racial. A unanimidade que havia em torno da luta contra a exploração da mulher e do operariado deixava de existir

quando o assunto era a discussão sobre o racismo e o significado da raça na vida de mulheres negras. Em suas palavras:

Nossa fala foi acusada de emocional por umas e até mesmo de revanchista por outras, todavia, as representantes de regiões mais pobres nos entenderam perfeitamente (eram mestiças em sua maioria). Toda a celeuma causadora por nosso posicionamento significou, para nós, a caracterização de um duplo sintoma: de um lado, o atraso político (principalmente dos grupos que consideravam mais progressistas) e do outro, a grande necessidade de denegar o racismo para ocultar uma outra questão: a exploração da mulher negra pela mulher branca (Gonzalez, 2018, p. 48).

A agenda do feminismo desconsiderava a luta antirracista, mais que isso, as relações raciais eram o abismo que separava as mulheres brancas das mulheres negras. Surgia a ideia de uma organização própria “com expressão coletiva com o intuito de adquirir visibilidade política no campo feminista” (Moreira, 2018, p. 72). A partir do III Encontro Feminista Latino-americano, realizado em Bertioxa, em 1985, esta ideia ganha fôlego e consolida entre as mulheres negras um discurso feminista que até então era rejeitado. O depoimento de uma militante negra, colhido pela pesquisadora Núbia Moreira, exemplifica bem esta rejeição.

As mulheres negras recusavam. Não reconheciam, nas suas bandeiras o feminismo, porque o feminismo era uma coisa feia de Betty Friedan, de mulher feia que rasgava o soutien, de mulheres lésbicas que muita gente não queria se identificar... Essas coisas assim, o pejorativo disso. O feminismo da década de oitenta no Brasil era o feminismo do direito ao corpo, nossos corpos nos pertence; as mulheres negras sempre reivindicavam para além dessas coisas sem discutir o valor dessas questões. [...] reivindicavam o direito ao trabalho, à creche, direito à casa, à vida, à auto-imagem, era muito diferente. [...] E que as feministas não estavam procurando esse tipo de coisa, sequer estavam considerando isso como pauta do feminismo (Moreira, 2018, p. 73).

Apesar da permanência dos conflitos, as mulheres negras se aproximaram mais de perto do discurso feminista. Lemos (2006, p. 64), a este respeito, observa que “não devemos esquecer a importância que este movimento representou para algumas mulheres que, a partir de seu envolvimento no feminismo tradicional, puderam conquistar novos espaços de poder”. Esta contradição marcou a participação delas no IX Encontro Nacional de Mulheres, realizado em 1987 na cidade de Garanhuns, em Pernambuco. Matilde Ribeiro observa que este encontro na serra pernambucana foi “mesclado por fortes pressões e críticas das mulheres negras em relação à ausência da questão racial na pauta” (1995, p. 449). E ali, definitivamente, se consolidou a ideia de uma organização autônoma.

Sem se darem conta, as mulheres negras já estavam em movimento, estavam em plena efervescência por todo o território, apresentando uma alternativa ao feminismo tradicional (Lemos, 2006, p. 63). Ao longo dos anos oitenta, foram criados inúmeros coletivos de mulheres negras que começaram a intervir de forma mais intensa no cenário político brasileiro: do Nzinga, no Rio de Janeiro, ao Coletivo de Mulheres Negras de São Paulo, passando pelo Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista, e Maria Mulher – Organização de Mulheres Negras, em Porto Alegre. Fortalecidas política e emocionalmente, sentiram-se preparadas a irem à serra pernambucana se reunirem com outras mulheres. Joselina da Silva, que participou daquele processo, descreve as dificuldades com as quais tiveram de lidar para poderem participar do Encontro. Sem recursos, conseguiram apoio de organizações feministas para o trajeto de mais de quarenta horas de viagem. Chegaram e, apesar das congratulações e abraços festivos, logo “no primeiro dia, as mulheres negras presentes perceberam a ausência dos temas da raça e racismos na pauta principal do referido evento” (Silva, 2014, p. 21). Para Rosália Lemos, “a aparente ordem antes estabelecida foi perturbada, gerando a necessidade não só de um debate aberto, mas do nascimento de uma nova organização. A prioridade desse movimento foi explicitar a opressão vivida pelas mulheres negras” (2006, p. 64).

A imbricação de gênero, raça e classe era a mistura explosiva do evento. Muitas feministas brancas olhavam com desconfiança o perfil periférico, autônomo, suburbano e favelado das mulheres negras. Ao invés de reclamarem, criaram outra metodologia e discordaram da forma infantil como o movimento feminista tratava as mulheres negras. Aos poucos, os sorrisos simpáticos desapareceram e as mulheres negras foram chamadas de agressivas e loucas. Não desistiram, organizaram oficinas nos espaços mais visíveis do evento e reuniram mulheres negras oriundas das cinco regiões do país. As histórias de dor sob a ação do racismo eram muito parecidas. E, para muitas, escreve Joselina Silva, “era a primeira oportunidade de publicizar experiências de dor ou júbilo, ocultadas e silenciadas por razões as mais diversas, tendo sempre a raça como subsidiária” (Silva, 2014, p. 22).

O Encontro de Garanhuns foi definitivamente o divisor de águas. Ali, perceberam como o racismo atingia cada uma delas, independentemente de idade, região, formação acadêmica ou tom de pele (do mais claro ao retinto). O intenso debate que se travou ali na cidade pernambucana conduziu as mulheres negras a decidirem pela realização, no ano seguinte, de um Encontro Nacional de Mulheres Negras, com a finalidade de congregar mulheres negras de todo o território brasileiro e refletir sobre os motivos que as levavam a receberem um tratamento diferenciado na sociedade brasileira.

O I Encontro e a construção do feminismo negro: articulando gênero, raça e classe

No calor das tensões com o feminismo eurocêntrico e com o não menos inflado debate com o movimento negro ocorreu a organização do I Encontro Nacional de Mulheres Negras. Desde o Encontro Feminista de Garanhuns, a preparação de um Encontro de Mulheres Negras levou aproximadamente um ano. Foram organizadas três reuniões preparatórias de caráter nacional (Salvador, São Paulo e Brasília) e outras estaduais com debates, seminários, oficinas, mesas redondas, festas, minicursos etc. que consistiam tanto em sensibilizar as participantes como em buscar apoio financeiro para uma estrutura desse porte.

No Boletim n.1 do Encontro Nacional de Mulheres Negras, publicado em setembro de 1988, foram apresentados os objetivos gerais do evento:

Denunciar as desigualdades sexuais, sociais e raciais existentes, indicando as diversas visões que as mulheres negras brasileiras têm em relação ao seu futuro; fazer emergir as diversas formas locais e luta e autodeterminação face às formas de discriminação existentes; elaborar um documento para uma política alternativa de desenvolvimento; encaminhar uma perspectiva unitária de luta dentro da diversidade social, cultural e política das mulheres presentes ao Encontro; estabelecer grupos de trabalho para registro e posterior retorno às participantes; realizar um diagnóstico da mulher negra; discutir as formas de organização das mulheres negras; elaborar propostas políticas que façam avançar a organização de mulheres negras colocando para o mundo a existência do Movimento de Mulheres Negras no Brasil, de forma unitária e diferentes vertentes políticas (Boletim..., 1988, p. 3).

Cabe destacar que no mês de julho de 1988, na cidade de Salvador ocorreu o maior evento estadual preparatório, aglutinando cerca de 750 mulheres no seminário “Mulher Negra cem anos depois”, promovido pela União de Mulheres do Nordeste de Amaralina. Além das mesas-redondas, palestras e conferências, este Seminário se voltou para a problemática da mulher negra, desde sua degradante posição no mercado de trabalho aos temas da educação e sexualidade, passando por um histórico sobre a mulher negra desde a escravidão ao ano de 1988, feito por Sueli Carneiro, do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), e por Sonia Ribeiro, do Grupo de Mulheres Negras do Movimento Negro Unificado (MNU).

A preparação do I Encontro Nacional de Mulheres Negras, portanto, ganhava fôlego. As participantes seriam delegadas (oriundas de entidades organizadas do Movimento Negro, do movimento de mulheres, de associações de moradores e sindicatos) escolhidas nos Encontros Estaduais e Seminários. Porém, era a primeira vez que haveria no país um evento tão grande organizado pelas e para, exclusivamente, as mulheres negras, o que por inúmeras vezes provocou

uma crise, levando as mulheres negras a terem que constantemente reafirmar a legitimidade do Encontro. Os debates sobre o centenário da abolição daquele ano podem ter contribuído para o aumento do número de participantes das reuniões preparatórias e também para que as organizadoras conseguissem um respaldo político e, por sua vez, o montante financeiro suficiente para garantir a realização do Encontro. O que não as livrou nem das críticas dos companheiros homens do Movimento Negro, que queriam se certificar que tal organização não teria repercussões negativas, nem daquelas vindas das mulheres brancas do Movimento Feminista, que queriam acompanhar os debates. Em pouco tempo, ambos os movimentos as acusaram de provocar cisões. Talvez por esta razão, antes mesmo que ocorresse o I Encontro Nacional de Mulheres Negras tenham se preocupado em rebater as críticas. No Editorial do Boletim n. 1 de preparação do I Encontro, lemos o seguinte:

Gostaríamos de deixar claro que não é nossa intenção provocar um ‘racha’ nos movimentos sociais como alguns nos acusam. Nosso objetivo é que nós, mulheres negras, comecemos a criar nossos próprios referenciais, deixando de olhar o mundo pela ótica do homem, tanto o negro quanto o branco, ou da mulher branca. O sentido da expressão ‘criar nossos próprios referenciais’ é que queremos estar lado a lado com as(os) nossas(os) companheiras(os) na luta pela transformação social, queremos nos tornar porta-vozes de nossas próprias ideias e necessidades. Enfim, queremos uma posição de igualdade nessa luta (Boletim..., 1988, p. 2).

O ineditismo daquela atividade colocou igualmente grandes barreiras estruturais e organizacionais, além de político e cultural (Silva, 2014, p. 27). O Boletim Informativo n. 1 do I Encontro Nacional da Mulher Negra (1988, p. 3) revela que os entraves que tiveram começavam com a difícil tarefa de encontrar um lugar capaz de abrigar 500 mulheres e, é preciso insistir, não eram quaisquer mulheres, mas sim mulheres negras. E, em se tratando da sociedade brasileira e sua naturalização do racismo, não é difícil imaginar as respostas que tiveram. As organizadoras não queriam alojar as mulheres negras em qualquer espaço. Como elas escrevem: “é que depois de 488 anos de Brasil e um primeiro encontro nacional, creditamos o dinheiro a algo melhor e tranquilo para nossa discussão. Nós merecemos isso e muito mais!!!” (Boletim..., 1988, p. 3).

Encontrado o espaço e abrandados os ânimos dos companheiros negros e das feministas brancas, o Encontro aconteceu a partir da noite de 01 até o dia 04 de dezembro de 1988, na cidade de Valença-RJ, e contou com a participação de 450 mulheres negras de 17 estados do país. O eixo central daquele evento era a urgência de uma discussão aprofundada da articulação entre a questão étnico-racial e as relações de gênero e de classe social. Os questionamentos anteriores sobre a invisibilidade das mulheres negras poderiam finalmente ser discutidos e

estas apareceriam também como sujeito, e não como subservientes, no processo de construção de uma sociedade sem opressão e livre da exploração. A primeira página do Boletim do Encontro, lemos o seguinte:

Nós, Mulheres Negras, somos cidadãs, crianças e trabalhadoras e estamos tendo nossos direitos usurpados por este Modelo Econômico que já tem muito e exclui todos aqueles que realmente produzem a riqueza deste país, alugando nossa força de trabalho em troca de um salário que nos nega os direitos básicos de cidadãos. Todas nós, Mulheres Negras, devemos entender que somos fundamentais nesse processo de transformação reivindicando uma sociedade justa e igualitária, onde todas as formas de discriminação sejam erradicadas (Boletim...,1988, p.1).

De forma autônoma e consciente da tarefa política que estavam assumindo, as mulheres negras pautaram questões abrangentes, que faziam a intersecção entre gênero, raça e classe. Os temas selecionados para discussão e aprofundamento teórico e político no I Encontro foram “mito da democracia racial, família, organizações da sociedade civil (movimento feminista, movimento negro, sindicato, associações, igrejas partidos políticos entre outras), trabalho, educação, ideologia do embranquecimento, meios de comunicação, sexualidade, arte e cultura, saúde, maternidade, política de controle da natalidade, violência, estética, estereótipo das mulatas, sexismo, história das mulheres na África” (Boletim..., 1988, p. 3). O documento também enfatizava que a abordagem destes temas deveriam ter as mulheres negras como eixo central, acrescentando “As mulheres negras e...” sempre antes do tema. Por exemplo, “As mulheres negras e o mito da democracia racial” e assim por diante.

Ainda neste Boletim de n. 1, o Rio de Janeiro é apresentado como o estado que sediaria o evento e, mais uma vez, se assegurou que “o Encontro pretende refletir acerca da mulher negra no Brasil, a partir de uma perspectiva plural e democrática, no sentido de identificar estratégias que permitam, a partir da prática, ampliar nossos espaços de luta” (Boletim..., 1988, p. 5). Quanto ao formato que o Encontro iria adquirir, o Boletim informou que seria organizado em painéis, debates, oficinas, salas de conversas, outras técnicas e, por fim, salas de reflexão e avaliação, trazendo detalhadamente a metodologia, o tempo de fala das expositoras e das questões e respostas, além de trazer exemplos de organização das oficinas de dança e corpo, artes cênicas, música e artes visuais, sempre tendo como eixo as mulheres negras.

Nesta perspectiva, um dos pontos altos do evento foi a abordagem da solidão da mulher negra que, diante do racismo entranhado na sociedade brasileira, é pouco acarinhada e, na maioria das vezes, é abandonada por seus companheiros, como explicita o ditado popular denunciado por Lélia González (2018, p. 139), “branca para casar, mulata para fornicar e negra para trabalhar”. O Encontro

abordou a sexualidade, o prazer e promoveu oficinas de dança e tranças, como uma forma de contato com o corpo feminino negro e, em especial, de ruptura com o padrão estético da branquidade. A este respeito, Matilde Ribeiro, na esteira da avaliação do Coletivo Nzinga, do Rio de Janeiro, enfatiza que houve uma conexão ancestral entre as participantes, que aprenderam “a trançar nossos cabelos, a envolver nossos corpos com alegres tecidos coloridos, confeccionar bonecas de pano, soltar o corpo no ritmo da dança e voltamos a ser crianças ouvindo estórias que mães e avós nos contavam” (Ribeiro, 1995, p. 451).

Esta concepção do Encontro compreendia que a condição das mulheres negras guarda estreita relação com o passado escravista, com a organização patriarcal e com a exploração capitalista de classe, formando, como sugeriu Heleieth Saffioti (2004), um verdadeiro nó. Sob o capitalismo, racismo e sexismo fazem parte de uma engrenagem que reforça desigualdades para melhor se reproduzir. Na manifestação do I Encontro de Mulheres Negras no Brasil, percebemos o inter cruzamento das relações de classe, gênero e raça.

São de manifestações como estas que vimos emergir um pensamento feminista negro, isto é, nos termos de Patricia Hill Collins (2016), de onde brota uma criatividade intelectual própria ao status de “outsider within” (as forasteiras de dentro). Ao explicar que o pensamento feminista negro resulta de ideias produzidas por mulheres negras, a partir de um ponto de vista de e para mulheres negras, Collins sugere que “é impossível separar estrutura e conteúdo temático de pensamento das condições materiais e históricas que moldam as vidas de suas produtoras” (2016, p. 101). Nesta mesma perspectiva de análise, Lélia Gonzalez (2018), na origem do pensamento interseccional, dizia, nos anos setenta e oitenta, que as mulheres negras permaneciam o setor mais explorado e oprimido da sociedade brasileira, uma vez que sofre uma tríplice discriminação (social, racial e sexual); tornando, como observou Luiza Bairros (1995), supérfluas as discussões a respeito de qual seria a prioridade do movimento de mulheres negras.

Esta constatação foi o ponto de partida e também ocupou o centro dos debates no I Encontro Nacional de Mulheres Negras. Num movimento circular, as mulheres negras que lá estiveram moldaram o próprio pensamento feminista negro que, ao mesmo tempo em que era tecido, servia de ferramenta para a compreensão de suas condições enquanto mulheres, negras e trabalhadoras. Vem delas, portanto, o aporte teórico e político de enfrentamento à herança escravista, à opressão patriarcal e à exploração capitalista de classe.

Nossos passos vêm de longe!

Referências

- BOLETIM INFOMATIVO. *I Encontro Nacional de Mulheres Negras*: Editorial. Rio de Janeiro, n. 1, p. 1-5, set. 1988.
- BAIROS, Luíza. Nossos feminismos revisitados. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, vol.3, n. 2, p. 458-463, 1995.
- CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 8, n. 2, p. 91-108, 2000.
- CARDOSO, Claudia Pons. História das mulheres negras e pensamento feminista negro: algumas reflexões. SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 8 - CORPO, VIOLÊNCIA E PODER. *Anais...* Florianópolis, UFSC, 2010, p. 1-7.
- CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, São Paulo, vol. 49, n. 17, p. 117-132, 2003.
- CARNEIRO, Sueli; SANTOS, Thereza. *Mulher Negra*. São Paulo: Nobel, 1985.
- COELHO, Elizabeth Maria Beserra; LUNA, Regina Celi Miranda Reis. Cem anos de abolição ou sem anos de abolição? *Cadernos de Pesquisa*, vol. 4, n. 1, São Luís, 1988.
- COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, vol. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.
- GONZALEZ, Lélia. *Primavera para as rosas negras*: Lélia Gonzalez em primeira pessoa. São Paulo: Diáspora Africana, p. 190-214, 2018.
- HOOKS, bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 16, Brasília, p. 193-210, 2015.
- LEMONS, Rosalia de Oliveira. Os feminismos negros: a reação aos sistemas de opressões. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, n. 185, p. 12-25, 2016.
- _____. A face negra do feminismo: problemas e perspectivas. In: WERNECK, Jurema; MENDONÇA, Maísa; WHITE, Evelyn (orgs.). *O livro da saúde das mulheres negras*: nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, p. 64-67, 2006.
- MOREIRA, Núbia Regina. *A organização das feministas negras no Brasil*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2018.
- NASCIMENTO, Abdias. *Genocídio do negro brasileiro*: processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

- RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras: de Bertiooga a Beijing. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, vol.3, n. 2, p. 446-457, 1995.
- ROLAND, Edna. Direitos reprodutivos e racismo no Brasil. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, vol. 3, n. 2, p. 506-514, 1995.
- SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.
- SILVA, Joselina. I Encontro Nacional de Mulheres Negras: o pensamento das feministas negras na década de 1980. In: SILVA, Joselina; PEREIRA, Amauri Mendes. *O Movimento de Mulheres Negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil*. Belo Horizonte: Nandyala, p. 13-40, 2014.